

## **Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o seu comportamento neste primeiro quadrimestre de 2018**

### **1 – Introdução**

O FPM, principal fonte de receita de grande parte dos Municípios brasileiros, tem apresentando um comportamento de crescimento se comparado com os últimos anos. O volume arrecadado mostra um cenário otimista, ou seja, aparentemente a crise que assola o país dá sinais de enfraquecimento. Do total de Municípios brasileiros, os de pequeno porte são os que se mantêm basicamente do FPM e, por meio deste estudo, foi possível verificar que são esses também os mais atingidos pela crise econômica por que passa o País, o que elevou ainda mais as dificuldades das prefeituras em fechar as contas.

### **II - O que diz o Relatório de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta**

Os gestores municipais iniciam o ano com uma prévia de planejamento orçamentário para que seja executado ao longo do período, entretanto, a realidade vivenciada por estes gestores é bem diferente, pois o orçamento sofre muitas alterações até que sejam efetuados todos os repasses. Diante disso, de acordo com a premissa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) os Municípios deveriam ajustar o planejamento, adequando-se aos novos valores.

Portanto, as avaliações bimestrais expostas no Relatório são importantes para que os Municípios possam ter noção do comportamento do FPM, pois essa seria sua maior preocupação, uma vez que os valores estimados pelo governo tendem a não se concretizar, agravando ainda mais as dificuldades em que estão inseridos estes Municípios, pois diante disso torna-se impossível um planejamento orçamentário.

O Relatório de acordo com as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), evidencia as perspectivas econômicas para o ano, bem como a realização de receitas e despesas orçamentárias, de modo a controlar a obtenção da meta fiscal estabelecida. Diante disso, o Ministério do Planejamento divulgou o relatório, referente avaliação Extemporânea de Fevereiro/2018, e nele demonstrou que as expectativas do Governo Federal, onde anunciou o bloqueio de R\$ 16,2 bilhões em recursos do Orçamento deste ano. Desse total, R\$ 8,2 bilhões serão retidos apenas até o Congresso autorizar remanejamento dos valores entre ministérios e os outros R\$ 8 bilhões estão vinculados à privatização da Eletrobras.

A deterioração do ambiente macroeconômico no médio e longo prazo, em conjunto com a confiança dos agentes econômicos são determinantes no cenário que o País atravessa atualmente. Para o ano de 2018, projeta-se a inflação de 3,9% e, ainda, espera-se um crescimento na economia de 3%, ou seja, espera-se que PIB do país cresça.

O Governo estima uma arrecadação de Imposto de Renda (IR) e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no valor de R\$ 403,4 bilhões na PLOA, e quando teve a regulamentação do Projeto e virou Lei Orçamentária Anual (LOA), o Congresso Nacional reajustou os valores, e o valor total da soma dos dois impostos subiu para R\$ 404,7 bilhões. Na avaliação Extemporâneo de Fevereiro/2018, a expectativa do arrecadação desses dois tributos caiu para R\$ 394,9 bilhões.

### ANEXO VI - Histórico das Avaliações

Discriminação	R\$ milhões		
	PLOA-2018	LOA 2018	Avaliação de Fevereiro
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.456.469</b>	<b>1.462.052</b>	<b>1.460.655</b>
<b>I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS</b>	<b>886.689</b>	<b>890.255</b>	<b>880.924</b>
I.1.1. Imposto de Importação	38.228	38.411	38.776
I.1.2. IPI	52.107	52.322	54.674
I.1.3. Imposto sobre a Renda	351.342	352.436	340.247
I.1.4. IOF	37.951	38.134	37.869
I.1.5. COFINS	241.889	243.079	244.221
I.1.6. PIS/PASEP	64.843	65.159	65.831
I.1.7. CSLL	71.905	72.243	72.080
I.1.8. CIDE - Combustíveis	6.346	6.378	5.999
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.078	22.092	21.227
<b>I.2. Incentivos Fiscais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>403.426</b>	<b>405.338</b>	<b>403.284</b>
I.3.1. Projeção Normal	391.879	393.791	390.952
I.3.2. Ressarc. de desonerações previdenciárias	11.547	11.547	12.332
<b>I.4. Outras Receitas</b>	<b>166.354</b>	<b>166.459</b>	<b>176.447</b>
I.4.1. Concessões e Permissões	18.894	18.894	20.244
I.4.2. Complemento do FGTS	5.460	5.460	5.550
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	15.933	15.933	14.150
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.586	21.692	21.357
I.4.5. Cota-Parte de Compensações Financeiras	44.908	44.908	51.466
I.4.6. Dividendos e Participações	6.782	6.782	8.862
I.4.7. Operações com Ativos	2.530	2.530	4.950
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.389	14.389	13.576
I.4.9. Demais Receitas	35.872	35.872	36.293
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>243.524</b>	<b>244.220</b>	<b>243.863</b>
II.1. Cide combustíveis	1.813	1.822	1.713
II.2. Compensações Financeiras	27.867	27.867	32.344
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.952	13.015	12.814
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	190.505	191.129	186.838
II.5. Fundos Constitucionais	8.771	8.771	8.521
II.6. Demais	1.617	1.617	1.632
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.212.945</b>	<b>1.217.832</b>	<b>1.216.793</b>

Fonte: Ministério do Planejamento

Sendo assim, conforme a avaliação Extemporâneo, para 2018, o FPM será de 24,5% do montante arrecadado de IR e IPI, ou seja, estima-se que o Fundo desse ano será de R\$ 96,7

bilhões, considerando neste acumulado os valores dos repasses extras de Julho e Dezembro. Esse valor é menor em relação ao projeto pela PLOA, onde o FPM estava previsto para R\$ 98,8 bilhões, uma queda de R\$ 2,089 bilhões ou 2,11% menor.

### III - A avaliação do Tesouro Nacional

O valor transferido aos municípios até o momento foi de 33%. Ainda é uma grande incógnita o que vai acontecer até o final do ano. Será que a aumento de FPM vai se manter até o final do ano ou é possível que haja uma reversão até o segundo semestre? As avaliações bimestrais divulgadas pelo STN são um termômetro de quanto o fundo irá crescer ou cair. O Decreto nº 9.276, de 02/02/2018 indicam que a receita de FPM era de R\$ 98,7 bilhões, no último Decreto nº 9.323, de 29/03/2018 o fundo passou para R\$ 100,6 bilhões, um aumento de 1,93%. Essas programações do Tesouro sempre são hipóteses otimistas pela situação atual que o país se encontra.

**Tabela 3 – Perspectiva do FPM de 2018**

Perspectiva do FPM - 2018	FPM - Bruto	FPM - Líquido
Projeto de Lei Orçamentária Anual original PLOA 2018	98.651.580.974	78.921.264.779
Projeto de Lei Orçamentária Anual modificado PLOA 2018	100.862.313.701	80.689.850.961
Lei Orçamentária Anual 2018	101.193.403.858	80.954.723.086
Decreto nº 9.276, de 02/02/2018	98.730.250.000	78.984.200.000
Decreto nº 9,323, de 29/03/18	100.634.000.000	80.507.200.000

Segundo a projeção dos Fundos de Participação para 2018 divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, serão repassados em valores brutos R\$ 100,6 bilhões de reais, incluindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Se descontada a parcela de 20% destinada ao FUNDEB, o FPM será de R\$ 80,5 bilhões.

#### IV – O FPM quadrimestral

Ao compararmos os valores brutos e nominais do 1º quadrimestre de 2018 em relação ao 1º quadrimestre de 2017, foram transferidos aos cofres municipais 33,2 bilhões em 2018 e 30,8 bilhões em 2017, um aumento de 7,56% ou R\$ 2,3 bilhões a mais.

**Tabela 4 – O primeiro quadrimestre dos últimos anos**

Ano	1º Quadrimestre	Crescimento
2013	23.987.853.130,88	
2014	28.874.930.115,29	20,37%
2015	29.004.852.125,90	0,45%
2016	27.797.514.754,55	-4,16%
2017	30.878.059.669,75	11,08%
2018	33.211.520.829,00	7,56%

Destaca-se o bom desempenho do FPM em fevereiro e março, quando apresentou um crescimento de 9,89% e 16,23% respectivamente. Esse aumento é reflexo da boa arrecadação total das receitas federais que atingiu, em fevereiro de 2018, o valor de R\$ 105.122 milhões, registrando crescimento real (IPCA) de 10,67% em relação a fevereiro de 2017. A arrecadação de março atingiu R\$ 105,6 bilhões, ou seja, pelo quinto mês seguido houve um crescimento real de 3,95%, o melhor resultado para o mês desde 2015. De acordo com a Receita Federal o resultado mostra uma melhora no primeiro trimestre. Isso porque entre janeiro e março a arrecadação federal somou R\$ 366,4 bilhões, o que representa o melhor resultado para o período em três anos.

Somando os valores do FPM destes primeiros 4 meses do ano chega-se a R\$ 33,2 bilhões que é R\$ 2,333 bilhões maior que o mesmo período do ano anterior. No mês de Janeiro de 2018 a soma dos decêndios atingiu o montante de R\$ 8,079 bilhões frente aos R\$ 7,618 bilhões mesmo período de 2017, representando um crescimento de 6,05%.

Em fevereiro o fundo somou R\$ 10,562 bilhões, enquanto que no mesmo período do ano anterior o acumulado ficou em R\$ 9,766 bilhões, tendo um crescimento de 8,14%.

**Tabela 5 – O primeiro quadrimestre 2017 x 2018**

<b>Repasse do FPM - Valor Bruto - Nominal</b>			
<b>Mês</b>	<b>Ano</b>		<b>Cresc.</b>
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	
Janeiro	7.618.627.118,03	8.079.393.395,55	6,05%
Fevereiro	9.766.874.933,74	10.562.293.995,01	8,14%
Março	6.119.545.608,99	7.112.553.161,61	16,23%
Abril	7.373.012.009,00	7.457.280.276,83	1,14%
<b>Total</b>	<b>30.878.059.669,75</b>	<b>33.211.520.829,00</b>	<b>7,56%</b>

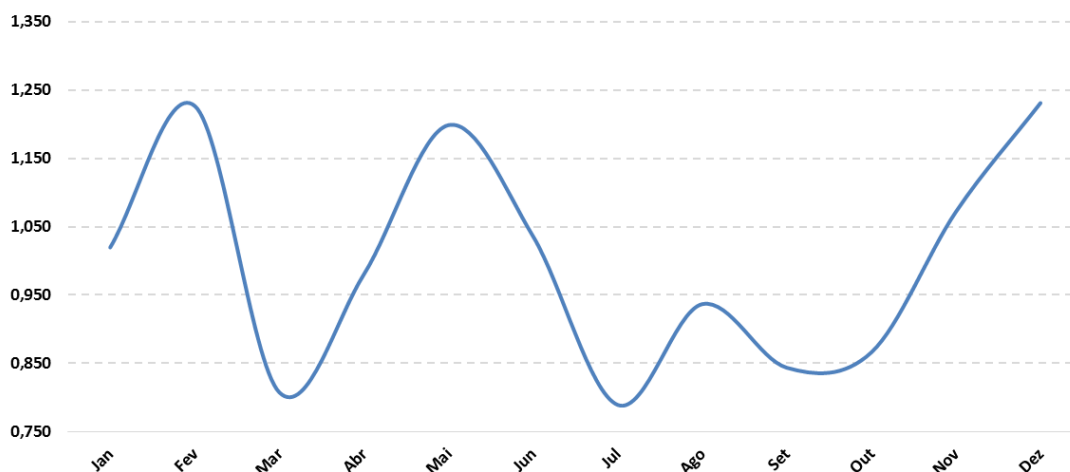
**Fonte:** Dep. de Estudos Técnicos - Dados nominais

Conforme dito anteriormente, a arrecadação federal tem apresentando resultados acima do esperado. Essa arrecadação também se reflete no aumento dos dois impostos que compõem o Fundo, IPI e o IR, como pode ser visto em no mês de março de 2018, onde a soma dos decêndios em valores brutos e nominais atingiu o montante de R\$ 7,112 bilhões frente aos R\$ 6,119 bilhões do mesmo período de 2017, o que representou novamente um crescimento de 16,23%.

Neste primeiro quadrimestre o mês de abril até o momento e o mês que apresenta o menor crescimento, apenas 1,14% se comparado com o ano anterior. Percebe-se um comportamento positivo do FPM de janeiro a abril, com o mês de março apresentando o melhor resultado até então, comparado com o mesmo período de 2017. Para maio e junho, a STN estima um crescimento de 5,4% e uma queda de 6,2% respectivamente, em relação ao mesmos meses de 2017.

Quando se faz a avaliação do comportamento do FPM mês a mês, em relação aos repasses realizados pela Receita Federal, nota-se que ocorrem dois ciclos distintos: no primeiro semestre geralmente ocorrem os maiores repasses do fundo (Fevereiro e Maio) e no outro ciclo, entre julho e dezembro, estão os menores repasses. Sendo assim, o ideal é que os gestores municipais se organizem administrativamente e financeiramente. No segundo ciclo, entre os meses de julho a outubro, os repasses diminuem significativamente, como pode se verificar no gráfico abaixo.

### Sazonalidade



Além da questão da sazonalidade, os gestores municipais devem se preocupar com a crescimento econômico lento, que traz como consequências, uma tímida recuperação do poder de consumo e do volume de transações econômicas mas, principalmente, dos lucros das empresas, o que afeta todos os tributos de modo geral, mas especialmente o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto de Renda – IR, que compõem a base de cálculo dos fundos de participação.